



Rui Almeida*

Politicamente (in)Correto

A primeira palavra, em democracia, é dada ao povo. O eleitor escuta, vê, participa, escolhe e tem, desse modo, intervenção clara e objetiva no seu futuro próximo, definindo não apenas a sua tendência como as opções de médio e longo prazo que podem orientar o seu futuro.

É assim em democracia, do mesmo modo que uma comunicação social livre, orientada por princípios éticos e deontológicos, liberta de outras amarras que não sejam as diretamente resultantes da avaliação pública sistemática a que está sujeita e da sua própria e permanente medição de consciência, deverá desempenhar um papel determinante.

Atenção, porém, a um detalhe que obriga jornalistas e órgãos de comunicação: o equilíbrio, a sensatez, o bom-senso, a equidistância, a independência. Afinal, cinco detalhes que enformam o comportamento que se espera de “media” responsáveis, não tendenciosos e sem agendas definidas na proteção a esta ou aquela ideologia, a este ou aquele candidato ou princípios.

Uma base essencial quanto é cada vez mais consabido que não há (não pode, em rigor, haver) objetividade e isenção puras. O velho princípio estruturante da atividade jornalística que agora se deve transformar, por mais realista e pragmático, no primado da independência e da honestidade. E se é verdade que todos os jornalistas profissionais estão “obrigados” ao respeito e à observância destas regras, não é menos certo que os “media” públicos têm, neste capítulo, especiais deveres e responsabilidades.

Os Açores atravessam um dos períodos mais importantes da sua história recente, com a realização das eleições para a Assembleia Legislativa Regional den-

tro de quatro semanas. Um período que promete ser desafiante para todos, mas sobretudo para os profissionais dos “media”, no sentido de que os princípios da sua atividade deverão ser absolutamente intocáveis, daqui resultando o sacerdócio que os fará chegar a 4 de fevereiro conscientes de um trabalho sem mácula.

O modo como se alinham serviços noticiosos, as prioridades devidas às matérias efetivamente de maior interesse jornalístico e informativo, a escrita de pivôs para rádio e televisão que, efetivamente, representem os respetivos conteúdos e não sejam, em relação a estes, dúbios ou contraditórios, o respeito pelas agendas e nunca a construção de agendas ou narrativas próprias constituem pedras absolutamente basilares e incontornáveis para que a classe jornalística se dê, também ela, ao respeito de telespetadores, ouvintes e leitores.

Não encarar os próximos tempos com o cuidado que os desafios em presença exige, pode significar a quebra de uma relação de confiança que, em primeira e essencial instância, é o elo mais forte de ligação entre a comunicação social e os seus destinatários. Embora se saiba que, na região, há jornalistas com clara tendência partidária e com agendas profissionais e pessoais impossíveis de esconder, competirá aos responsáveis dos respetivos “media” a tomada de medidas claras e objetivas para impedir que esse tipo de comportamentos macule a imagem das marcas que defendem.

Até porque, como se sabe, quem vê, ouve e lê dificilmente retornará à tal relação de confiança.

*Jornalista



José Soares

Transparência Sem ponte, não há travessia!

Mais um órgão da imprensa em papel desaparece nos Açores. Neste caso, trata-se do diário da Horta “O Incentivo”, que a partir de agora suspende a sua edição. Continuará em edição online.

A crise na imprensa escrita nos Açores é um fenómeno que já se arrasta há vários anos. A principal causa desta crise é a concorrência da internet e das redes sociais, que oferecem aos cidadãos uma forma rápida e fácil de aceder a notícias e informação.

Outros fatores que contribuem para a crise da imprensa escrita nos Açores são a redução da população bem como a perda de poder de compra.

As consequências da crise da imprensa escrita nos Açores são significativas. A redução do número de jornais e revistas tem levado a uma diminuição da diversidade de informação e opinião disponível para os cidadãos. Além disso, a crise tem provocado o desemprego de jornalistas e outros profissionais da comunicação social.

No início do século XXI, os Açores contavam com mais de 20 jornais e revistas. No entanto, esse número tem vindo a diminuir nos últimos anos. Em 2023, apenas 12 jornais e revistas estavam em circulação nos Açores.

A maioria dos jornais e revistas que ainda estão em circulação são de pequena dimensão e têm uma circulação reduzida. Estes jornais e revistas enfrentam dificuldades para competir com os grandes jornais nacionais e internacionais, que têm recursos financeiros e tecnológicos muito superiores.

A crise da imprensa escrita nos Açores tem sido acompanhada por um aumento da concentração da propriedade dos meios de comunicação. Em 2023, apenas três grupos económicos controlavam a maioria dos jornais e revistas que estão em circulação nos Açores.

Esta concentração da propriedade tem sido criticada por alguns observadores, que argumentam que ela pode levar a uma redução da diversidade de informação e opinião disponível para os cidadãos.

A crise da imprensa escrita nos Açores é um fenómeno complexo que não tem uma solução fácil. No entanto, é importante que os cidadãos e as autoridades públicas se preocupem com este problema. A imprensa escrita desempenha um papel fundamental na democracia, e a sua sobrevivência é essencial para a defesa da liberdade de informação e de expressão.

Os tempos são outros e a imprensa escrita terá de se adaptar às novas tecnologias,

mas isso não tem de acontecer em meses ou semanas. Nesta campanha eleitoral, os políticos devem dirigir-se a este fundamental problema democrático.

Não será de todo contraproducente apoiar financeiramente a imprensa escrita durante um razoável período de transição por alguns anos. De resto, a rádio e a televisão pública (RTP/RDP) sempre foram totalmente apoiadas com dinheiros públicos e não se nota dependência política por isso!

Um governo socialista apoiar um jornal de direita, ou um jornal mais à esquerda ser apoiado por um governo social-democrata, a isto chama-se liberdade democrática, a que todos devemos aprender a viver. Sem jornais, não há pontes que dão voz aos problemas das populações. Sem jornais, aumenta a ignorância social. Sem jornais ficamos todos mais pobres.

É urgente tomar medidas para tentar resolver a crise da imprensa escrita nos Açores, as quais terão de passar pelo apoio financeiro do Estado ou Governo dos Açores a jornais e revistas de pequena dimensão; Pela promoção da leitura e do jornalismo nas escolas; Pela formação de novos jornalistas com as novas tecnologias das redes sociais.

A transição é inevitável, mas terá de levar o seu tempo. Trata-se de um grave problema democrático, sobre o qual os eleitores terão de pedir contas aos responsáveis partidários.

Essas medidas poderiam ajudar a garantir a sobrevivência da imprensa escrita nos Açores e a promover a diversidade de informação e opinião disponível para os cidadãos.



jose.soares@peixedomeuquintal.com